

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 4.427, DE 2008

Dispõe sobre a complementação de Aposentadoria de Portuários vinculados às Administrações Portuárias subordinadas ao Ministério dos Transportes e dá outras providências.

Autor: Deputado PAULO LIMA

Relator: Deputado ASSIS DO COUTO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe garante aos portuários admitidos até 25 de fevereiro de 1993 nas Administrações Portuárias subordinadas ao Ministério dos Transportes complementação de aposentadoria paga na forma do Regime Geral de Previdência Social.

O pagamento da complementação seria devido pela União e pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS mediante dotações próprias consignadas no Orçamento da União.

A complementação corresponderá à diferença entre o valor da aposentadoria ou pensão paga pelo INSS e da remuneração do cargo correspondente ao do pessoal em atividade nas respectivas Administrações Portuárias, acrescida da gratificação por tempo de serviço.

O seu reajuste obedecerá os mesmos prazos e condições do reajuste aplicado à remuneração do portuário em atividade.

A Proposição foi distribuída para as Comissões de Seguridade Social e Família, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei n. 4.427, de 2008.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei ora sob análise objetiva implementar a complementação de aposentadoria para os portuários admitidos até 25 de fevereiro de 1993 nas Administrações Portuárias subordinadas ao Ministério dos Transportes.

Nesse sentido, a presente Proposição vale-se do princípio da isonomia para assegurar a uma mesma categoria de trabalhadores regras similares de aposentadoria.

Segundo o Autor da Proposição, Deputado Paulo Lima, a diferenciação entre as aposentadorias dos portuários iniciou-se a partir da criação da Portobras, em 10 de julho de 1975. O extinto Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis – DNPNV, que lhe deu origem, era uma autarquia e seus servidores estavam regidos pelo regime estatutário, o que lhes garantia aposentadoria integral.

A Portobras, por sua vez, era uma empresa pública, de forma que seus servidores, ou seja, aqueles que ingressaram a partir de 10 de julho de 1975, passaram a ser regidos pelas normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho e a aposentadoria concedida pelo Regime Geral de Previdência Social.

Dessa forma, os portuários que ingressaram no DNPNV até 10 de julho de 1975 têm, hoje, aposentadoria integral, enquanto aqueles que ingressaram na Portobras a partir desta data para executar as mesmas atividades têm, hoje, aposentadoria de valor significativamente inferior.

A despeito dos argumentos apresentados com muita propriedade pelo Autor em sua Justificação, julgamos que a complementação que ora se pleiteia deve ser estendida a todos os trabalhadores portuários, não só aqueles

subordinados ao Ministério dos Transportes, mas também à Secretaria Especial de Portos.

Para justificar nossa proposta, elaboramos um breve histórico a respeito dessa matéria. O direito à complementação de aposentadoria dos trabalhadores portuários brasileiros reporta-se a 4 de outubro de 1963, data do Acordo Coletivo do Trabalho firmado entre o Governo Federal, por intermédio do extinto Ministério de Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social, e a Federação Nacional dos Portuários.

Para custear essa complementação, o Governo Federal, por meio da Portaria de 7 de fevereiro de 1964 do então Ministério da Viação e Obras Públicas, autorizou as administrações portuárias a cobrarem um adicional de 8% incidente sobre as taxas das tarifas vigentes à época.

Em 4 de junho de 1965, o Governo Federal, por meio do Decreto n. 56.420, anulou o citado Acordo Coletivo.

Em 1987, em nova campanha salarial, o Federação Nacional dos Portuários buscou o restabelecimento da complementação, sendo a mesma reativada nos Acordos de 1988 e seguintes.

Para financiar o pagamento da nova complementação, mais uma vez o Governo Federal, por meio de decisão *ad referendum* da Presidência do Conselho Interministerial de Preços, autorizou o reajuste das tarifas dos portos em percentuais que variaram entre 4,2 a 10,4%, a serem cobradas a partir de 1º de outubro de 1988.

No entanto, a partir da extinção da Portobras, em março de 1990, os trabalhadores portuários ficaram sem um referencial para tratar dessa complementação administrativamente.

Verifica-se, portanto, que a complementação de aposentadoria é antiga conquista social dos trabalhadores portuários que deve ser restabelecida para todos, em obediência ao princípio da isonomia.

Em relação ao custeio desse benefício de caráter previdenciário, o Projeto de Lei n. 4.427, de 2008, propõe que seu financiamento fique a cargo da União.

No entanto, tendo em vista que as administrações portuárias já dispõem de receita destinada ao financiamento da complementação, haja vista as taxas instituídas em 1963, reajustadas em 1987, e incorporadas, desde 1991, por meio da Portaria do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento n. 211, de 17 de setembro de 1991, às taxas da tarifa do porto, propõe-se que esse encargo seja a elas destinado.

Ressalte-se que, segundo informações da Federação Nacional dos Portuários, o número de trabalhadores a serem beneficiados com a complementação que ora se institui é de aproximadamente 3.000, até o ano de 2015.

Importante mencionar, ainda, que apesar de assegurado o direito à complementação de aposentadoria, nem sempre ele se torna efetivo, uma vez que na grande maioria das vezes o salário do paradigma que está em atividade é inferior aos valores pagos pelo INSS. De fato, dos quase 5.000 portuários ainda vivos que desde 1988 têm direito à complementação, a grande maioria recebe os contracheques relativos à complementação zerados.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei n. 4.427, de 2008, na forma do Substitutivo apresentado em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado ASSIS DO COUTO

Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N. 4.427, DE 2008

Dispõe sobre a complementação de aposentadoria de portuários vinculados às Administrações Portuárias subordinadas ao Ministério dos Transportes e à Secretaria Especial de Portos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ao trabalhadores portuários subordinados ao Ministério dos Transportes e Secretaria Especial de Portos é garantida a complementação da aposentadoria paga pelo Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nesta Lei.

Art. 2º O pagamento da complementação é devido pelas empresas portuárias, e será constituído pela diferença entre o valor da aposentadoria paga pelo Regime Geral de Previdência Social e o valor da remuneração correspondente à do pessoal em atividade no respectivo porto, acrescido do adicional por tempo de serviço.

Parágrafo único. O reajuste do valor relativo à complementação de aposentadoria obedecerá aos mesmos prazos e condições aplicadas à remuneração do portuário em atividade.

Art. 3º Constitui requisito essencial para a concessão da complementação de aposentadoria a detenção, pelo beneficiário, da condição de portuário na data imediatamente anterior ao início da aposentadoria previdenciária.

Art. 4º A complementação de pensão de beneficiário do portuário abrangido por esta Lei é igualmente devida pelas empresas portuárias,

observadas as normas de concessão de benefício prevista na legislação previdenciária e o disposto no parágrafo único do art. 2º desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de de 2009.

Deputado ASSIS DO COUTO

Relator

2009_16236